

A participação política do MST com as crianças no Assentamento Histórias Vivas

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o engajamento das crianças na experiência política do MST. Realiza-se um estudo etnográfico com crianças, adultos e idosos no Assentamento Histórias Vivas, localizado no município de São Mateus, no norte do estado do Espírito Santo, utilizando como principais instrumentos as observações participantes e os registros em diários de campo. A pesquisa situa-se no interstício entre duas perspectivas teóricas: de um lado, Hannah Arendt, para quem as questões políticas são de competência exclusiva dos adultos, descartando *a priori* a possibilidade de participação política das crianças; de outro, a Sociologia da Infância, um campo teórico contemporâneo que advoga pela participação das crianças na vida pública. Os resultados indicam que as crianças estão engajadas, junto às demais categorias, nas lutas do MST, sendo reconhecidas como participantes legítimas tanto no presente quanto no futuro. Em seus próprios modos de interpretar o mundo, elas compartilham com os adultos um “agir político”, extraído da experiência intergeracional a política como algo que também lhes diz respeito. Conclui-se que essa perspectiva do MST contribui para inseri-las no conjunto de heranças historicamente produzidas pelo movimento, ao mesmo tempo em que evita excluí-las de um mundo no qual se espera que possam agir politicamente.

Palavras-chave: participação política; experiência intergeracional; crianças; MST.

Franceila Auer

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES – Vitória/ES – Brasil
auerfranceila@gmail.com

Vania Carvalho de Araújo

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES – Vitória/ES – Brasil
vcaraujofes@gmail.com

Para citar este artigo:

AUER, Franceila; ARAÚJO, Vania Carvalho de. A participação política do MST com as crianças no Assentamento Histórias Vivas. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 27, n. 63, p. 284-311, jan./abr. 2026.

DOI: 10.5965/1984723827632026284

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723827632026284>

The political participation of mst with the children in the “Histórias Vividas” Settlement

Abstract

This article aims to analyze the engagement of children in the political experience of the MST. An ethnographic study was conducted with children, adults, and elders in the “Histórias Vividas” Settlement, located in the municipality of São Mateus, in the northern region of the state of Espírito Santo, using participant observation and field diaries as the main research instruments. The research is situated at the intersection of two theoretical perspectives: on one hand, Hannah Arendt, for whom political matters are the exclusive domain of adults, thereby discarding *a priori* the possibility of children's political participation; on the other hand, the Sociology of Childhood, a contemporary theoretical field that advocates for the participation of children in public life. The results indicate that children are engaged, alongside other age groups, in the struggles of the MST and are recognized as legitimate participants both in the present and in the future. In their own ways of interpreting the world, they share with adults a form of “political action,” drawing from intergenerational experience the understanding that politics also concerns them. It is concluded that this MST perspective contributes to including them in the set of historically produced legacies of the movement, while also preventing their exclusion from a world in which they are expected to act politically.

Keywords: political participation; intergenerational experience; children; MST.

La participación política del mst con las niñas y los niños en el Asentamiento “Histórias Vividas”

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar el compromiso de las niñas y niños en la experiencia política del MST. Se realiza un estudio etnográfico con niños, adultos y ancianos en el Asentamiento “Histórias Vividas”, ubicado en el municipio de São Mateus, en la región norte del estado de Espírito Santo, utilizando como principales instrumentos las observaciones participantes y los registros en diarios de campo. La investigación se sitúa en el intersticio entre dos perspectivas teóricas: por un lado, Hannah Arendt, para quien las cuestiones políticas son de competencia exclusiva de las personas adultas, descartando *a priori* la posibilidad de participación política de las niñas y niños; por otro lado, la Sociología de la Infancia, un campo teórico contemporáneo que defiende la participación de las niñas y niños en la vida pública. Los resultados indican que las niñas y niños están comprometidos, junto con las demás categorías, en las luchas del MST, siendo reconocidos como participantes legítimos tanto en el presente como en el futuro. En sus propias formas de interpretar el mundo, comparten con las personas adultas un “actuar político”, extrayendo de la experiencia intergeneracional la política como algo que también les concierne. Se concluye que esta perspectiva del MST contribuye a insertarlos en el conjunto de herencias históricamente producidas por el movimiento, al mismo tiempo que evita excluirlos de un mundo en el cual se espera que puedan actuar políticamente.

Palabras clave: participación política; experiencia intergeneracional; infancia; MST.

Apontamentos iniciais

A discussão sobre a participação política das crianças tem sido, historicamente, circunscrita a espaços institucionais e formalizados, sendo a escola um dos exemplos mais recorrentes desse enquadramento. No entanto, experiências vivenciadas em outras esferas sociais, como aquelas protagonizadas em movimentos sociais, desafiam essa concepção restrita e provocam uma ampliação do olhar sobre o engajamento político das crianças. Uma referência significativa é o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), um dos principais movimentos sociais da América Latina, que se autodeclara como um movimento de homens, mulheres, jovens e crianças. Essa formulação não apenas reconhece a presença das crianças nas práticas do movimento, como também expressa uma perspectiva política que busca incluí-las como fruto da luta coletiva, inserindo-as no conjunto de heranças historicamente construídas ao longo de sua trajetória.

Todavia, ao tratar da participação política das crianças, torna-se necessário refletir sobre as concepções de política adotadas. Enquanto abordagens clássicas tendem a considerar as crianças como sujeitos passivos, dependentes e desprovidos da capacidade de atuar politicamente, perspectivas contemporâneas, como a Sociologia da Infância, reconhecem-nas como atores sociais, capazes de intervir e transformar os processos que influenciam suas vidas. O conceito de criança na Sociologia da Infância não se limita a uma faixa etária, mas refere-se a uma posição social na ordem geracional (Warming, 2021). Sarmiento, Fernandes e Tomás (2007) ressaltam que, dentre os grupos e as categorias sociais excluídas, a infância é uma das mais prejudicadas, tendo em vista a invisibilidade diante das políticas públicas e a exclusão dos processos decisórios na vida coletiva.

Essa tensão epistemológica impacta diretamente não apenas a forma como compreendemos a participação política, mas também as práticas institucionais e políticas públicas direcionadas às crianças. Para este debate, o pensamento da filósofa Hannah Arendt oferece um ponto de reflexão relevante, ao situar a política como uma atividade entre adultos educados, capazes de formular juízos morais e éticos necessários à vida pública. Segundo Arendt (2004, 2016), as crianças não estariam, *a priori*, aptas para essa participação, devendo ser paulatinamente introduzidas no mundo público por gerações adultas responsáveis.

Arendt (2004) compreende que a luta política dos adultos não deveria envolver as crianças de forma direta, tampouco expô-las desprotegidas ao mundo público ou transformar a escola em palco para a resolução de conflitos políticos. Sua indignação decorre do fato de que uma menina – Elizabeth Eckford – ao ingressar em uma escola em Little Rock¹, na década de 50, após a segregação racial ser considerada inconstitucional nos Estados Unidos, enfrentou sozinha uma batalha que deveria ter sido responsabilidade dos adultos. A autora questiona “Chegamos ao ponto em que se solicita às crianças que mudem e melhorem o mundo?” (Arendt, 2004, p. 272).

A repercussão de sua análise gerou muitos debates. Uma das respostas mais famosas foi a do autor afro-americano Ralph Ellison, em entrevista concedida a Robert Penn Warren (Young-Bruehl, 1997). Para Ellison, crianças negras convivem com desigualdades e violências desde cedo, e sua participação nos conflitos políticos não representa negligência ou falta de responsabilidade dos adultos, mas uma forma de prepará-las para o enfrentamento do mundo, pois elas são iniciadas com um “ordálio de fogo” na realidade em que estão inseridas, como um “rito de iniciação” (Young-Bruehl, 1997).

Segundo Young-Bruehl (1997), essa foi a única crítica que levou Hannah Arendt a repensar seu posicionamento, admitindo que não compreendia o ideal do sacrifício na trajetória de pessoas negras. Ao que nos parece, a resposta de Ellison provoca um abalo reflexivo no pensamento arendtiano, evidenciando a necessidade de revisitar seus conceitos à luz de experiências historicamente situadas. Como propõe Berstein (2021), é preciso refletir *com Arendt contra Arendt*, retomando seus escritos para problematizar questões que ainda persistem. Atualmente, a participação das crianças em enfrentamentos políticos, acompanhadas por seus familiares, tem se tornado mais visível.

Tais experiências exigem que as infâncias sejam compreendidas não como passivas, mas como participantes de um mundo hostil, que, historicamente, não foi construído *para* elas – e tampouco *com* elas. Crianças nascidas e criadas em meio às lutas do MST vivenciam uma participação política que parece transcender os modelos

¹ Disponível em: <https://csalignac.jusbrasil.com.br/noticias/338368046/1954-justica-dos-eua-decide-que-segregacao-racial-em-escolas-e-inconstitucional>. Acesso em: 29 abr. 2023.

convencionais, incorporando relações intergeracionais e formas específicas de engajamento.

Formulamos a hipótese de que a experiência coletiva do MST anuncia uma perspectiva de análise para pensarmos em uma participação política dos adultos com as crianças, tendo em vista o possível interstício entre o pensamento de Hannah Arendt e as reflexões teóricas do campo da Sociologia da Infância, não obstante os percursos epistemológicos distintos. Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar o engajamento das crianças na experiência política do MST, considerando as relações intergeracionais como um possível modo de afirmação da ação das crianças com os adultos.

A etnografia como percurso metodológico

A pesquisa, de inspiração etnográfica, foi realizada em um assentamento do MST, localizado no município de São Mateus, região norte do Estado do Espírito Santo. A seleção do assentamento decorreu do contato inicial estabelecido em eventos do MST, nos quais tivemos a oportunidade de conhecer militantes, educadoras e crianças de diferentes municípios capixabas.

Considerando que a etnografia propõe que o estudo se desdobre a partir do imprevisível, na medida em que o contato com o contexto de pesquisa ocorre, optamos por investigar esse assentamento específico com base em algumas falas que despertaram nosso interesse na sondagem inicial. Vale destacar que se trata de uma das primeiras ocupações do MST no Espírito Santo, cujas práticas educacionais desenvolvidas nesse assentamento, especialmente no início de sua história, foram fundamentais para a criação do Setor de Educação do MST em âmbito nacional.

Ressaltamos que as crianças participantes da pesquisa sugeriram o nome fictício Assentamento Histórias Vivas para designar o local, de modo a preservar sua identidade e valorizar as memórias e experiências ali desenvolvidas. A interlocução inicial ocorreu por meio de uma educadora, que articulou o diálogo com a comunidade, vislumbrando um compromisso coletivo e um acolhimento respeitoso para a realização do estudo. Nossa abordagem metodológica fundamentada na perspectiva etnográfica, orientou-se

pelo princípio de “[...] caminhar em um mundo desconhecido [...] perceber o mundo estando presente no mundo do outro” (Mattos; Castro, 2011, p. 45).

Os procedimentos éticos foram rigorosamente considerados, com aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Espírito Santo (Parecer nº 6.003.817). Vale destacar que este artigo é fruto de uma tese de doutorado. Embora o estudo tenha envolvido a participação direta de sete crianças e a utilização de diversos instrumentos de pesquisa, como entrevistas semiestruturadas, rodas de conversa, registros fotográficos e produção de desenhos, neste artigo concentramos a análise exclusivamente nas observações participantes e nas andanças realizadas com Ayla e Bruna.

Quando convidamos Ayla e Bruna para participarem da pesquisa, elas tinham 11 e 9 anos, respectivamente. Ambas se autodeclaram negras. Nascidas e criadas no assentamento, fazem parte de famílias com vínculos históricos e sociais profundos com o MST. Seus avós pertencem à primeira geração do movimento e atuam como agricultores, preservando uma trajetória de resistência e construção comunitária desde a ocupação inicial. Os pais de Ayla são educadores, enquanto os de Bruna são agricultores.

Durante as andanças no Assentamento Histórias Vivas, Ayla e Bruna apresentaram-nos os originários – sete adultos (Eduardo, Silvia, Marina, Priscila, Pedro, Lúcio e João) – pessoas que estavam presentes desde a ocupação inicial, na década de 1980. Uma vez identificada a importância que os originários têm para os Sem Terrinha, a partir de suas falas, fomos inspiradas a realizar uma pesquisa que possibilite uma viagem entre o passado e o presente, pois, como Bruna ressaltou: “Pra gente existir, veio muita gente antes, na nossa história”.²

Esses encontros, que se deram em meio às andanças, visitas e conversas, não assumiram o formato de entrevistas estruturadas, mas de diálogos espontâneos marcados pela convivência, pelo afeto e pela lembrança compartilhada. Foi nesse movimento que emergiram memórias, sentidos e interpretações sobre a história do assentamento e sobre as experiências das infâncias assentadas.

² Todas as cenas e falas apresentadas neste artigo foram registradas no Diário de Campo da pesquisa realizada entre os meses de outubro de 2022 e setembro de 2024, no Assentamento Histórias Vivas, em São Mateus, ES.

Embora as narrativas dos mais velhos tenham contribuído para recuperar a história da ocupação, as crianças desempenharam papel importante tanto na mediação desses encontros quanto na interpretação do vivido. Ao conduzirem as andanças, escolherem os caminhos e proporem as paradas, elas criaram as condições de interlocução, revelando modos próprios de compreender e relacionar passado e presente. Assim, sua participação não se limitou à observação: elas foram coautoras do olhar etnográfico, ajudando a construir os sentidos atribuídos às experiências vividas e narradas.

Talvez possa parecer contraditório desenvolver uma etnografia com crianças e dizer que contaremos a história do assentamento por meio das narrativas dos idosos que testemunharam o passado, mas reforçamos que isso se dá em função da fala de Bruna e dos demais Sem Terrinha que, desde o contato inicial conosco, expuseram a preocupação e o zelo com os mais velhos, ao ouvi-los, sobretudo ao resgatarem suas memórias sobre uma história que não cabe e não deve ser mantida apenas nas páginas dos livros e dos documentos.

A pesquisa de campo teve caráter flexível, respeitando a dinâmica do assentamento e as interações com os participantes. As visitas, realizadas ao longo de dois anos, tiveram duração média de três dias cada, com momentos de observações e registros etnográficos contínuos. Embora não seja possível contabilizar precisamente o total de horas, o envolvimento prolongado e reiterado com o campo permitiu uma imersão significativa nas práticas cotidianas do assentamento.

Na análise dos dados, optou-se por uma forma narrativa, recorrendo a citações diretas do Diário de Campo e às falas dos participantes, de modo a preservar o ritmo e a densidade das experiências observadas. Entende-se que as crianças participaram não apenas das atividades de campo, mas também dos processos interpretativos, ao expressarem percepções, afetos e compreensões próprias sobre o vivido. Assim, a etnografia foi concebida como um trabalho que se constrói entre a observação e a interpretação.

Considerando que as infâncias são múltiplas, assim como são as arenas políticas, esta abordagem reconhece a singularidade das infâncias rurais, assentadas e politicamente situadas, cujas “histórias vividas” revelam distintas formas de aprender, resistir e participar da vida coletiva.

Entre a ocupação e o assentamento: o acolhimento das infâncias no MST

Sábado de sol, dia 12 de agosto de 2023. Ayla nos levou para caminhar no Assentamento Histórias Vidas, mas, na verdade, foi um passeio guiado com uma intencionalidade: visitar algumas pessoas idosas, conhecidas como parte dos originários. Cada uma nos contou histórias de um mesmo fenômeno, a ocupação na década de 80, porém com olhares diferentes a partir da atuação que possuíam na época e também com olhares semelhantes quando afirmavam a importância da participação das crianças no MST.

Um casal (Eduardo e Silvia) com, respectivamente, 67 e 69 anos de idade, recebeu-nos em sua casa pela manhã. Ele participou dos Grupos de Base do MST, mobilizou sindicatos de diferentes trabalhadores, rurais, ferroviários etc., viajando desde o estado do Espírito Santo até as demais regiões do país. Eduardo também compunha a Direção Nacional do MST e era reconhecido por sua forte atuação. Silvia, por sua vez, trabalhou inicialmente na área da educação e posteriormente dedicou-se à saúde.

Segundo Eduardo, quando realizaram a ocupação, 25% da comunidade eram crianças, sem contar o elevado número de mulheres grávidas que tiveram os bebês durante esse processo. Para ele, não se constituía como um movimento de homem ou de mulher, mas de coletivo e um dos sentidos do “Coletivo é pensar as crianças na resistência”. Como exemplos pontuais, Eduardo citou um acontecimento: quando ocuparam a primeira porção de terra, em três dias, receberam uma ordem de despejo dizendo que deveriam sair em uma semana. No entanto, isso ocorreu de forma tranquila, uma vez que as lideranças haviam conversado com figuras do Estado e estavam cientes da forma como aconteceria. Avisaram que tinham crianças. Mas onde elas entram?

Eduardo relatou que as crianças foram encarregadas de receber essa ordem de despejo entregue por um oficial de Justiça, a fim de sensibilizá-los para a causa. Para ele, além do intuito de sensibilizar, consideravam que as crianças eram respeitadas na sociedade, sobretudo na década de 80, quando muitas legislações avançavam nos seus direitos. Isso indica que o mundo comum³ das crianças do MST é construído junto com os

³ O conceito de mundo é aqui compreendido a partir de Arendt (2020), para quem o mundo comum é aquele no qual ingressamos ao nascer e do qual nos retiramos ao morrer. Sua durabilidade ultrapassa a

adultos, em uma interdependência que articula proteção e participação, evidenciando a noção de que crianças não são meros espectadores, mas participantes de sua comunidade.

Após deixarem o local inicial da ocupação, dirigiram-se para a rodovia, uma via rural que, na época, ainda não era pavimentada, mas que já tinha uma circulação considerável de transporte. De acordo com Eduardo, esse foi o momento mais complicado, tendo em vista os perigos que podiam existir em permanecer naquele espaço, sobretudo, pensando nas crianças. No entanto, no dia 23 de dezembro de 1985, foram comunicados pelo Estado que poderiam se alojar na Fazenda Experimental do Incaper, parte da área que constitui hoje os quatro assentamentos oriundos dessa ocupação.

Nesse percurso, podemos observar o jogo entre experiência, afeto e consciência na participação política com as crianças: historicamente, elas não apenas observavam, mas eram incluídas em decisões, mobilizadas para ações de cuidado coletivo e responsabilizadas por pequenas tarefas que as conectavam com o movimento, permitindo-lhes vivenciar a política de forma concreta e significativa. Quando estavam ali, a preocupação com as crianças continuava. Além da organização dos voluntários para realizar atividades diárias com elas, todos os dias, durante determinado período, três adultos (que revezavam cotidianamente) atuavam como seguranças e acompanhavam as crianças até as escolas próximas à área que ocupavam, de modo a garantir que elas tivessem o acesso à educação formal.

No entanto, o movimento ansiava pela criação das próprias escolas do MST, fato esse que ocorreu em 1989. Dentre as atividades realizadas com as crianças, Eduardo destacou as assembleias, os diálogos sobre o que ocorria na ocupação e o ensino da leitura e da escrita. Pensando no contexto atual, Eduardo considerava que todos os militantes assentados deveriam colocar os filhos na Escola dos Sonhos, mas afirmou que, infelizmente, nem todos fizeram essa opção.

Eduardo enfatizou, ainda, que, dentro de sua família, ele se esforça para garantir que as novas gerações a frequentem, defendendo que na Escola dos Sonhos se transmite

existência individual, pois é resultado da ação humana e das relações que sustentam a vida em comum, não se reduzindo, portanto, a um simples espaço físico.

o legado do movimento. Aqui se evidencia que a identidade Sem Terrinha é construída intergeracionalmente: crianças, adultos e idosos compartilham símbolos, valores e práticas que consolidam um mundo comum de pertencimento político e social. Muitos desafios foram encontrados no processo de institucionalização da escola. Inicialmente, apenas as educadoras recebiam os salários, então elas retiravam cerca de 20% do dinheiro e pagavam aos outros funcionários, como as merendeiras.

Identificamos, assim, o reconhecimento da escola como espelho dos tensionamentos e das lacunas da sociedade, bem como da compreensão do MST sobre a importância que a educação escolar tem para a formação das crianças. Se, no presente, há escolas próprias do MST, tal conquista política só foi possível em decorrência da luta e da resistência coletiva que houve no passado. Assim, as crianças são apresentadas a essa história carregada de memórias e de heranças públicas.

Todas as sextas-feiras ocorriam mutirões. As famílias e comunidade, de modo geral, se direcionavam para o espaço escolar para contribuir no que fosse necessário. Eduardo enfatizou ter ajudado na construção do espaço físico da escola. Em suas palavras: “Colocar o primeiro tijolo”, além de outros assentados. Identificamos, portanto, o esforço coletivo em se construir escolas e garantir a educação para os Sem Terrinha.

Da conversa com Eduardo e Silvia, destacamos uma pergunta feita por Eduardo: “O que seria de nós sem as nossas crianças?”. Em seguida, ele olhou em volta, sorriu para Ayla e disse do orgulho de ver como os Sem Terrinha são formados. Em síntese, Eduardo destacou o quanto as crianças do MST são empoderadas politicamente, têm uma bagagem social e cultural para falar em público, realizar apresentações, discutir determinados assuntos, dentre outras iniciativas, o que ele atribui como possível devido à educação.

Continuamos a caminhada em meio a conversas com Ayla que disse conhecer a maioria das histórias que estávamos escutando, mas que era importante sempre ouvi-las, pois cada uma trazia um elemento novo. Após alguns minutos, chegamos à casa do senhor Pedro, o mais velho do assentamento, com 96 anos de idade. Ele estava sentado conversando com as filhas, os netos e os bisnetos. Recebeu um presente em decorrência do Dia dos Pais que seria no dia seguinte.

O senhor Pedro demonstrou orgulho de ter entrado no primeiro carro que chegou à *terra prometida* (Souza; Pizetti; Gomesa; Casali, 2005) no dia inicial da ocupação e de ter trazido os dez filhos junto com a esposa, criando ali a família. Para ele, a vida melhorou em muitos aspectos depois que passaram a constituir o MST, como se uma nova possibilidade de viver estivesse sendo gestada, o que nos leva a recobrar Lispector (1999, p. 43) quando ela afirma: “Para nascer as coisas precisam ter vida, pois nascer é um movimento”. Especificamente tratando da participação das crianças, o senhor Pedro apresentou um ponto interessante, também sobre o que o casal havia contado dos Sem Terrinha. Disse que receberam a ordem de despejo no acampamento na década de 80: “Quando a gente, adulto, via os homens chegando, a gente gritava pra avisar as crianças: ‘Os homens chegaram, os homens chegaram’ e aí as crianças se reuniam pra receber eles”.

Esse esforço coletivo demonstra como a formação das crianças está diretamente vinculada à luta, reforçando a compreensão de que a participação política não se restringe à presença, mas envolve engajamento ativo em práticas sociais. Evidencia ainda um diálogo intergeracional em que a ação das crianças era planejada e reconhecida, o que representa uma forma de agência política e social, tal como propõe a Sociologia da Infância.

Ao que nos parece, da forma como nos foi relatado, trata-se de um exemplo de articulação entre crianças e adultos, pois, como o senhor Pedro destacou, eles conversavam sobre tais estratégias, de modo que, quando chegasse o momento, as crianças estivessem “preparadas”, mas também os adultos se certificavam de que seria um ato tranquilo, pois antes as lideranças tinham realizado o diálogo com as autoridades. Vimos, portanto, um ponto de encontro entre a preocupação com a proteção das crianças e com a garantia de uma forma de participação delas, não sozinhas e sim no ato de *estar junto* com os adultos.

Enquanto conversávamos, o senhor Pedro mostrou três filhas e apontou para duas delas que participaram de enfrentamentos com os policiais na infância, quando eram organizados cordões de isolamento. Ele disse que elas devem ter muitas memórias sobre isso. Uma delas estava com um problema referente à saúde e não se sentia muito bem para conversar, apenas falou que, embora fosse um momento de intensas lutas no

passado, “foi um tempo inesquecível” e, em alguns aspectos, até mais interessante do que atualmente, no sentido do espírito de coletividade que era muito forte na época.

A outra senhora, mais nova, disse que não tem como se esquecer do passado, pois o que ela viveu na infância marcou a sua vida, o que a influenciou na escolha de se tornar uma educadora e de contribuir na educação dos mais novos. Como explica Silva (2014), a memória representa um encontro entre o que está próximo e o que está distante, possibilitando a construção tanto de uma memória individual quanto de uma memória coletiva, tornando-nos sujeitos históricos.

Revisitando um ponto de interseção entre a memória individual e/ou coletiva, a senhora relatou um episódio isolado, que não ocorreu durante os cordões de isolamento, mas em outra situação, quando os policiais tentaram colocar fogo em duas barracas de lona, fazendo com que ela e os irmãos tivessem que sair correndo com toda a família. O pai destacou esse momento como o único em que algo assim ocorreu, uma reação dos policiais para intimidá-los, pois haviam se sentido confrontados. Em síntese, parece uma memória que, mesmo depois de anos, ela não esquece e a faz destacar a relevância dos processos de resistência.

Ao discorrer sobre os encontros humanos através dos tempos, Arendt cita Karen Blixen: “Todas as desgraças podem ser suportadas se você as colocar em uma estória ou narrar uma história a respeito delas” (Blixen, 1986 *apud* Arendt, 2016, p. 323). Considerando o reconhecimento da importância de narrar acontecimentos, Arendt (2016) sugere que a alegria e a felicidade só se tornam compreensíveis e significativas para as pessoas quando podem ser expressas e contadas por meio de uma narrativa.

Ainda que nem todos os acontecimentos possam ser armazenados e guardados na memória, Proust (1995) evidencia em sua obra que, quando um ser humano é exposto a um estímulo, por mais simples que pareça ser, desencadeia uma intensa lembrança de algum acontecimento que ocorreu no passado, que é rememorado como uma “transmutação da memória”, o que consideramos ocorrer com as pessoas com quem temos conversado em decorrência da sensibilidade que elas possuem ao nos apresentar seus diferentes relatos. Essa lembrança é capaz de provocar uma experiência mágica, de não somente resgatar o que passou, mas também de fugir do modo automático da vida, como uma forma de se libertar do que Proust (1995) nomeia como a “escravidão do

presente”, pelo menos por alguns instantes em que essa memória gustativa e sensorial prevalece.

No caso dos assentados que eram crianças quando chegaram à ocupação, mas que se tornaram adultos que seguiram nos processos de luta, construíram as famílias sob os mesmos valores e princípios, entendemos que a infância vivida não ficou restrita ao passado distante, pois ajudou a se tornarem quem são na vida. Portanto, a infância permanece ali de alguma forma, seja nas memórias, seja nas marcas que carregam. Como ensina Castro (2014), para o ser humano formular a compreensão sobre o local atual em que se encontra, é necessário fazer uma viagem à temporalidade sincrônica, uma vez que o sentido dado às experiências se relaciona com a alusão feita ao passado, por exemplo, a infância ou a adolescência.

A exemplo disso, Ramirez (2011, p. 2), ao fundamentar-se em Marcel Proust e Walter Benjamin, afirma que “Nesses autores a oposição entre a infância e a vida adulta também é eliminada à medida que a memória involuntariamente resgata acontecimentos da infância que são revividos com uma mesma ou superior intensidade na vida adulta”. Dessarte, a infância do passado não estaria tão longe da vida adulta do presente. É possível conectar as diferentes temporalidades, sem esquecermos do tempo histórico que vivemos.

Em uma manhã de sábado de junho de 2023, marcada pelo frio e por um céu nublado com chuvas esporádicas, Ayla e Bruna nos convidaram para assistir a um ensaio da quadrilha (festa junina) de jovens em um espaço anexo à Igreja Católica do assentamento. Esse era o mesmo local em que geralmente aconteciam assembleias, festas comunitárias e reuniões do Conselho do Assentamento Histórias Vividas. À tarde, a mãe de Ayla fez um convite para visitarmos a vizinha, uma senhora (Marina) de 92 anos que participou da ocupação da terra em outubro de 1985. No momento da visita, ela estava acompanhada da filha (Priscila) de 67 anos, dos netos e dos bisnetos. Sentada no sofá, Marina e Priscila contam várias histórias que marcaram suas vidas.

Marina: Eu me lembro do dia que vim para cá, subi no caminhão com meus três filhos pequenos e com as três crianças da minha filha. A gente não sabia pra onde tava indo, porque quando as lideranças chamavam para participar do movimento e ocupar a terra, não podiam contar o lugar, era por proteção por causa dos policiais e dos ruralistas que tentavam impedir a gente. As lideranças

passavam muito tempo pesquisando, vendo onde era possível ocupar. Aí quando a gente chegou aqui, já tinham outras pessoas montando as barracas e a gente se juntou.

Priscila: Eu vim um dia depois, porque fiquei pra trás arrumando as coisas que a gente tinha, mas as crianças já vieram antes com a minha mãe.

Segundo Souza (2005, p. 85), a ocupação se concretizou “Tendo em vista a decisão política de se implantar o MST no estado e o esgotamento da tática das negociações com o Governo, devido à demanda de base [...] após meses de trabalho, de articulação das famílias Sem Terra nos municípios”. Cabe destacar a coragem de abandonar o que tinham construído em outro distrito de São Mateus para se deslocarem para um novo lugar, sem saber qual, mas confiando nas lideranças no MST e no espírito da coletividade. Arendt (2016) afirma que a coragem é essencial na política, pois liberta as pessoas de sua preocupação com a vida e as direciona para a liberdade do mundo.

Nessa perspectiva, as senhoras apontam para a coragem de correr riscos, de estar junto, de se expor e de desafiar a normatividade social. Portanto, a coragem revela-se como uma forma de “Inserir-se no mundo e começar uma história própria” (Arendt, 2016, p. 199). Não seria isso o que diferentes pessoas reunidas (crianças, adolescentes, adultos e idosos) em prol de um objetivo comum faziam no ano de 1985 ao ocuparem aquela terra, sem certeza se alcançariam o que desejavam, mas certas de que era preciso lutar para iniciar uma nova história?

Marina: A gente era como uma grande família, muitos amigos, tudo a gente fazia junto.

Priscila: Não tinha diferença entre a gente, porque todo mundo tava atrás de um objetivo comum.

Marina: Será que a Ana tá viva?

Graciela: Quem é Ana?

Marina: Uma grande amiga que eu fiz no caminhão. Quase não tem ninguém vivo pra contar mais, né? Quem vai ficar pra contar nossa história?!

Sobre a pergunta de Marina, “Quem vai ficar pra contar nossa história?”, dialogamos com Almeida (2022, p. 133), ao problematizar que um dos papéis da educação é “A tarefa de legar aos mais novos o mundo do qual são herdeiros”, como um convite para que eles se tornem habitantes e atores desse espaço comum e compartilhado. Marina, em sua questão, lança reflexões importantes acerca do que consiste a educação e da possibilidade de as novas gerações darem continuidade ao mundo, renovando-o e

transmitindo o legado do MST, por exemplo, contando a história daqueles que as antecederam, não deixando que essa herança se dissipe no transcorrer dos tempos. Portanto, espera-se que as teceduras do passado marcadas pela tradição continuem se articulando e se integrando ao presente, ainda que com novos fios e arranjos, a depender do engajamento das crianças Sem Terrinha.

Além da preocupação de Marina sobre quem contará a história daquela comunidade, função atribuída às novas gerações, é possível identificar, em suas narrativas, a presença da amizade, não apenas como uma relação de afetividade do âmbito privado como corriqueiramente se percebe na sociedade, mas sobretudo como um elo político, isto é, um diálogo entre companheiros, como ensina Arendt (1993). Argumenta a autora que, geralmente, a amizade é vista como um fenômeno da esfera íntima, em que os amigos compartilham seus sentimentos de maneira afastada do mundo e de suas exigências.

Todavia, fundamentando-se em Aristóteles, ao apresentar a *philia* como a amizade entre os cidadãos e a possibilidade de conversação entre eles na constituição da pólis, Arendt (1991) atribui relevância política ao conceito de amizade. Portanto, a amizade significa “[...] falar sobre algo que os amigos têm em comum” (Arendt, 1993, p. 98). Como uma das senhoras disse, um objetivo comum foi perseguido entre cada um que se reuniu no caminhão em direção às terras e construíram uma amizade, constituindo, assim, uma comunidade: “A igualação na amizade não significa, naturalmente, que os amigos se tornem os mesmos, ou seja, iguais entre si, mas antes, que se tornem parceiros iguais em um mundo comum – que, juntos, constituam uma comunidade” (Arendt, 1993, p. 99).

Comunidade esta que, segundo Marina e Priscila, havia sido construída por todos que se reuniram para ocupar a terra. Nas palavras de Souza, Pizetti, Gomesa e Casali (2005, p. 111, grifo dos autores), “A entrada na *terra prometida* foi uma festa diferente”. Das barracas de lona preta (Figura 1), casas de estuque foram construídas. Das 300 que participaram inicialmente do ato, 39 famílias conseguiram lotes de terra distribuídos nos 100 alqueires do Assentamento Histórias Vivas e as demais formaram os outros três assentamentos que fazem parte da mesma ocupação. Atualmente, vivem 104 famílias nele. De acordo com as senhoras, “Até hoje, sempre que dá o aniversário do

assentamento, a gente comemora, porque na época fizemos festa, a gente ficou tão feliz, realizado, emocionado, pulando de alegria quando soube da notícia”.

Figura 1 – Acampamento na década de 80



Fonte: Souza, Pizetti, Gomesa e Casali (2005, p. 110).

Na Figura 1, podemos ver a presença das crianças em meio aos adultos, próximas à represa, ainda no início da ocupação, quando havia apenas barracas de lona preta e distribuição de comidas, sobretudo por meio de doações. A respeito disso, Liebel e Saadi (2012, p. 134, tradução nossa) salientam que, “Quando as crianças participam de movimentos de protesto político ou revolução, isso não é visto como uma forma de participação política, mas, exclusivamente, como uma tendência negativa e um perigo para as crianças”, o que parece ser ressignificado na experiência do acampamento (Figura 1), na medida em que é reconhecida, na história do MST, a presença potencialmente positiva das crianças na ocupação da *terra prometida*, bem como os modos de cuidados construídos *com/para* elas, a fim de simultaneamente protegê-las e, ainda assim, priorizá-las no coletivo.

Diante de tais questões, podemos problematizar: qual o lugar que as crianças ocupam no coletivo? Correia, Giovanetti e Gouvêa (2007) dialogam sobre como as crianças Sem Terrinha ocupam o seu lugar no movimento social do qual fazem parte,

entendendo que elas produzem uma identidade singular com base nas referências identitárias de geração e de inserção social. Ao constituírem um movimento social, espera-se que elas se assumam como habitantes do mundo, sem retirar sua condição infantil, mas demarcando uma posição com o significado singular de crianças que lutam (Correia; Giovanetti; Gouvêa, 2007). Ao pensarmos na experiência do MST, podemos afirmar que as crianças reivindicam, em uma luta coletiva com os adultos, aqueles com quem elas partilham esse espaço.

Assim, as experiências vividas pelas crianças no assentamento sugerem que a amizade política intergeracional revela-se como uma experiência concreta que se realiza nas relações cotidianas entre crianças, adultos e idosos. O cuidado, o diálogo e a escuta mútua evidenciam que o “direito a ter direitos” (Arendt, 2004) pode se manifestar quando as crianças são reconhecidas como participantes legítimas da vida comum – não apenas aprendendo sobre a política, mas experienciando a política junto aos demais. Nesse sentido, o mundo comum que se constrói entre os Sem Terrinha e os mais velhos é tecido por gestos de responsabilidade compartilhada, na medida em que todos se implicam na tarefa de preservar e renovar o mundo que habitam.

Marina contou que, certo dia, ainda na década de 80, policiais invadiram o assentamento, o que a fez questionar “Será que pensavam que éramos bandidos?”. Um dos policiais entrou na sua casa de estuque, olhou para cima e viu uma caixa de papelão entre a parede e o teto. Ele a abriu imaginando se tratar de uma arma escondida, mas, na verdade, eram as roupas do seu bebê guardadas ali para protegê-las da poeira.

Essa experiência cotidiana ressoa com o relato de frei Sérgio Görgen, presente no prefácio de “Crianças em movimento: as mobilizações infantis no MST”, documento que evidencia o papel simbólico e político das crianças na história do Movimento. Em um dos primeiros acampamentos do MST, cercado pelo Exército e pela Polícia Federal, a cena de uma criança cantando o hino dos Sem Terra se tornou, para o frei, um gesto de resistência capaz de renovar a esperança coletiva: “Naquele momento, vi-me tomado de uma súbita certeza: esse povo vai resistir e vai vencer [...] a criança venceu o coronel [...] e as crianças continuam por aí, pelos acampamentos dos Sem Terra, com seus olhinhos brilhando” (MST, 1999, p. 6). Assim, tanto na memória de Marina quanto no testemunho do frei, percebe-se que, mesmo diante da violência, as crianças atuam como símbolos

vivos de resistência, revelando formas próprias de participação política e contribuindo para a continuidade da luta coletiva.

Marina também relatou que, quando chegaram às terras na década de 80, comissões foram organizadas. Ela fazia parte da Comissão de Alimentação. Conforme seu relato, “Se chegasse um saco de farinha, ia um punhadinho pra cada família, tudo era repartido igual”. Quando perguntamos sobre a participação das crianças nesse processo, Marina afirmou que elas estavam em todos os momentos com os adultos, mas também havia ações específicas direcionadas para elas. Os principais responsáveis eram voluntários, com um destaque para as juventudes nos cuidados com a infância. Dentre as ações de jovens e adultos, destacavam-se aquelas voltadas para a educação das crianças.

Segundo ela, essas iniciativas foram essenciais para a construção da escola, que ocorreu cinco anos após o início da ocupação, em 1989. Das ações com os voluntários, passaram a ensinar as crianças em um local improvisado com bancos de madeiras e, posteriormente, ocorreu a institucionalização da escola. Esse local foi construído coletiva e estrategicamente em um ponto que pudesse ser utilizado pelos quatro assentamentos da ocupação. De acordo com o educador Mateus, foi a criação da Comissão de Educação no Assentamento Histórias Vivas que inspirou a construção do Setor de Educação do MST em nível nacional. No decorrer desse processo, ocorreu o primeiro Congresso dos Sem Terrinha, em 1995 (Figura 2).

Figura 2 – I Congresso dos Sem Terrinha



Fonte: Souza, Pizetti, Gomesa e Casali (2005, p. 116).

A foto acima ilustra o I Congresso Infanto-Juvenil ocorrido entre os dias 12 e 13 de outubro de 1995, no município de São Mateus. Cerca de 300 crianças e adolescentes das escolas dos assentamentos participaram, além dos adultos (Souza; Pizetti; Gomesa; Casali, 2005). A culminância do evento foi a aprovação de um manifesto. Dentre as reivindicações, segundo Sousa, Pizetti, Gomesa e Casali (2005), encontravam-se: a) uma sociedade com maior distribuição de renda e justiça social; b) a educação como prioridade para o povo brasileiro; c) a implementação da Reforma Agrária; d) o respeito aos trabalhadores rurais bem como às crianças e aos adolescentes do MST.

Segundo os Sem Terrinha, “[...] somos frutos dessa luta por cidadania; somos filhos do Movimento Sem Terra [...] denunciemos a dura realidade a que estão submetidas as crianças pobres deste país” (Souza; Pizetti; Gomesa; Casali, 2005). O evento foi organizado com marcha, debates, formação e a produção de um documento decorrente da sistematização de pautas sobre direitos e políticas públicas, construído por crianças e adultos. Portanto, sob esse aspecto, poderíamos falar de uma espécie de participação política do MST em companhia dos Sem Terrinha? Como bem destaca Fernandes (2009), é indiscutível que as próprias crianças são as que têm uma compreensão mais profunda sobre o que significa ser criança e fazer parte desse grupo

social, pois elas possuem o maior entendimento sobre os elementos que constituem sua identidade.

Um ponto interessante enfatizado por Marina e Priscila refere-se ao fato de as crianças e dos jovens serem formados para a continuidade da luta, ponto esse recorrente em todos os diálogos construídos com os assentados, principalmente quando conversamos com educadoras. A exemplo disso, dois filhos de Priscila que estavam no caminhão com a avó no dia da ocupação, quando cresceram, também ocuparam terras e participaram da construção de um assentamento no município de Santa Teresa, localizado na região serrana do Estado do Espírito Santo.

Essa transmissão intergeracional da luta não se restringe à repetição de experiências passadas, mas revela também a possibilidade de recomeço e renovação. Arendt (2016, p. 170) afirma que “[...] a essência da educação é a natalidade, o fato de que os seres nascem para o mundo”. Para que haja a educação, é necessária a vinda das novas gerações em um mundo que é sempre mais velho do que elas e isso pode representar a potência das mudanças. A natalidade é como um segundo nascimento, quando há o início do incentivo à ação. Nas palavras de Arendt (2016, p. 308), “[...] o fato da natalidade, no qual a faculdade da ação se radica ontologicamente”. Cada ser humano que nasce, em princípio, é um iniciador (Arendt, 2020).

Segundo Priscila, a formação dos mais novos era essencial, pois “Eles tinham que lutar pelo direito também, aprenderam a correr atrás”. Portanto, a experiência durante a infância, no contexto de um movimento social, pode ter contribuído para que, quando mais velhos, seguissem nos processos de luta, ao se sentirem responsáveis e moradores daquela comunidade. Esse sentimento de pertencimento e responsabilidade coletiva evoca o conceito de *amor mundi*, de Arendt (1997), entendido como um sentimento de pertença ao mundo. Não se trata de nostalgia e sentimentalismo, mas de um gesto profundamente humano de ligação com o outro, uma disposição para agir em conjunto e cuidar do mundo que se compartilha.

Assim, quando as crianças se engajam nas lutas e nas narrativas do MST, elas revelam a dimensão política da infância, abrindo espaço para o novo e reafirmando a potência da natalidade. Sob a perspectiva de Arendt (1997), essas ações expressam o *amor mundi*, entendido como um gesto de cuidado e responsabilidade pelo mundo que

se compartilha, isto é, um modo de ligação com o outro e de disposição para agir em conjunto.

No dia 2 de dezembro de 2023, um sábado chuvoso de final de primavera, Ayla passeava conosco mais uma vez no Assentamento Histórias Vividas. Pela manhã, fomos à casa de um senhor, João, de 65 anos de idade, que mora ali há 31 anos. À tarde, nosso destino foi a casa de outro senhor, Lúcio, de 71 anos, que participou da ocupação na década de 80. Cada um trouxe memórias a partir de suas diferentes trajetórias que confluem na perspectiva de que a esperança, a luta e o sonho constituam o motor da história, como afirma Freire (2004).

Na casa de João, fomos direcionadas por ele a conhecer as suas plantações. Avistamos pés de cupuaçu, manga, urucum, laranja e jaca, dentre outros. Ele nos explicou sobre a época em que iniciou a produção nas terras, quando algumas pessoas no município o chamavam de “louco” por não plantar café e pimenta como a maioria. No entanto, ele respondia: “Um dia vocês vão me agradecer por isso, penso no presente e no futuro. Aqui tem os dois”. João destacou em sua fala a preocupação com o meio ambiente, sobretudo com a terra, como um bem comum. Segundo ele, sempre recebeu visitas de turmas da Ufes e de escolas e achou importante esse reconhecimento dos estudantes, daqueles que são novos, pois “Me deixa feliz demais. Dá força pra continuar. Mostra que estamos no caminho certo. Fazendo algo bom para nós”.

Nessa perspectiva do reconhecimento do “nós”, ao pensar na história e na preocupação com a terra, ele afirmou que se encontrava em débito com os pássaros. Sem entendermos inicialmente tal assertiva, perguntamos o porquê. João nos explicou: “Não sei quem plantou tudo isso, se fui eu ou os pássaros. Eles trabalham de graça comigo”. Para ele, os pássaros são seus companheiros e aquela terra pertence sobretudo a eles, sendo impossível saber quem plantou cada árvore ou quem é o “dono”. Em suas reflexões, João colocou em xeque um conjunto de princípios da sociedade capitalista, como: acúmulo de riquezas; propriedade privada; posse de terras para obtenção de lucros.

Ao que nos parece, essas falas estão ancoradas nos próprios pressupostos do MST: “A terra é chão que se localiza os bens comuns da natureza [mas] pelas mãos da financeirização, o ar, os minérios, as florestas, a água e a terra, tornaram-se apenas

moeda econômica” (MST, 2023). Sobre a crítica feita pelo MST de que a natureza foi transformada em moeda econômica, recobramos aqui uma poesia de Carlos Nejar, ao apresentar uma experiência contemplativa de se olhar para a beleza da natureza e questionar a submissão do ser humano à mecanização da vida:

Segundo conto: Livro da Terra e dos Homens (Fragmento 6)

Os homens eram sombrios,
esfinges de solidão.
Os homens eram sombrios.
Quiseram tecer de sonhos
a água verde dos rios.
Os homens eram amargos.
Quiseram compor o cisne
nas águas verdes dos lagos.
Os homens eram ardentes
como tochas de amaranto.
Sobre o rosto do poente
deixaram rosas de pranto.
Eram terríveis, terríveis,
Contra o céu do esquecimento
lançavam gumes de fogo
e adormeciam no vento.
Os homens eram de veneto
(de um vento predestinado).
Braços de ferro no tempo
entre o presente e o passado.
Os homens eram ferozes
como estrelas de ambição (Carlos Nejar, 2002, p. 57).

O poeta Carlos Nejar, conhecido como um artesão das palavras, ao falar sobre os males que os seres humanos causam à natureza, sombrios, amargos, terríveis, ardentes e ferozes, referindo-se aos acontecimentos reais na sociedade, dialoga com a fala de João, pois constantemente ele demonstra se preocupar com a função social da terra, as formas mais humanizadas de lidar com a natureza, assim como a terra como um bem comum apresentado às novas gerações.

Imbuídas de gratidão pela oportunidade de conhecê-lo e pelas histórias contadas, despedimo-nos. Após o horário do almoço, quando a tarde se iniciava, dirigimo-nos à casa de Lúcio. Segundo ele, conversar conosco era como revirar um baú de histórias. Das histórias contadas, destacamos o dia em que houve uma invasão policial nas terras, episódio também lembrado por outros assentados com quem conversamos ao se referirem à árdua época do acampamento, quando um contingente de policiais buscava armas de fogo nas barracas, mas, uma vez não encontradas, recolheram ferramentas de

trabalho. Em sua moradia, acharam um livro. De acordo com o senhor Lúcio, ele deixava o livro “Jesus Cristo e política” debaixo do travesseiro, pois todos os dias, à noite, lia antes de dormir, sob a luz de uma lamparina.

Tratava-se de um livro crítico, que discorria sobre questões políticas e, certamente, em um contexto do recente fim da Ditadura Militar (1964-1984), desafiava os ideais ainda influentes em parte da sociedade. Pensar na censura à cultura, à arte e, sobretudo, à literatura, no que diz respeito ao controle dos livros considerados como perigosos ou imorais nesse contexto político, faz-nos refletir sobre as formas de controle lançadas à formação dos adultos e das crianças. Uma tentativa explícita de conter corpos, mentes pensantes e as possibilidades de “esperançar” (Freire, 1992) por novos horizontes. Para Freire (1992, p. 29), “Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo”.

Nessa perspectiva do “esperançar” como juntar-se com outros, em Freire (1992), ao dialogarmos sobre os modos de ser e estar das crianças no Assentamento Histórias Vivas, Lúcio afirmou que, na ocupação, eram realizadas frequentemente assembleias para discutir e acompanhar os processos de posse das terras com o Estado. Segundo Lúcio, todos precisavam participar, incluindo as crianças. Não poderia haver segregação de escolher quem pode ou não participar, a não ser que alguém estivesse em uma consulta médica ou fora da ocupação no momento. Recobrando o pensamento de Corsaro (2011), podemos afirmar que as crianças, como sujeitos criativos, negociam coletivamente, criam ou recriam cultura com as demais crianças e adultos, compreendendo o próprio modo de agir no contexto social ao qual pertencem.

Ainda que houvesse coordenações específicas, uma apenas para a Educação, em sua visão, todas se envolviam com as infâncias pelo lugar de prioridade ocupado pelas crianças. Lúcio relatou que, embora tenha criado todos os seus filhos para a luta, ensinando os valores e os princípios políticos do movimento social, nem todos seguiram na militância, mas reconhecem os aprendizados oportunizados no assentamento. Atualmente, com netos e bisnetos, ele tenta envolvê-los também. Em sua fala, ele destaca sobre a formação da neta mais nova. Segundo ele, “Tô apostando nela. Acho que ela vai se dedicar bastante”. Consideramos interessante ele ter utilizado o verbo

“apostar” ao se referir a Duda, no sentido de ver a possibilidade, mas não a certeza de que ela continuará articulada ao MST. Isso significa propiciar as condições formativas, sem arrancar da neta a escolha do que deseja para sua vida.

Para Lúcio, “Na verdade, a gente fica feliz de ver as nossas crianças pensando em um mundo diferente. Não é dizer que elas são melhores, mas diferentes mesmo”. Essa afirmação nos faz refletir sobre o que significa dizer que as crianças do/no MST pensam um “mundo diferente”, pois, provavelmente, isso está empreendido com o processo formativo lançado pelos adultos, vislumbrando modos peculiares de participação das crianças. Apreendendo o mundo pela via da experiência em um movimento social, certamente surge uma série de questões singulares nas capturas do mundo feitas pelas crianças, o que faz com que elas o vejam de um modo diferente, como também ressaltou Lúcio.

Em diálogo com a Sociologia da Infância (Sarmiento, 2005; Corsaro, 2011; Fernandes, 2009), reconhece-se que as crianças são atores sociais e políticos, capazes de interpretar, ressignificar e transformar as práticas coletivas. Suas ações configuram uma forma situada de participação política, na qual o aprender e o resistir se entrelaçam. Nesse sentido, a presença das crianças nas lutas do MST não é apenas simbólica: ela produz e sustenta modos próprios de pertencimento, de convivência e de construção do comum.

Por fim, Lúcio demonstrou indignação com referência àqueles que criticam a formação das crianças no MST, sobretudo no Governo Bolsonaro, quando o presidente: “Dizia que a gente formava milícias, ao invés de valorizar o trabalho das crianças, reconhecer o modo como elas têm visto o mundo. Mas tudo bem, bom que nossas crianças não ouvem ele, né?”. Escutar sobre a formação das crianças associada à criação de milícias, sem dúvidas, além de constranger e incomodar aquele senhor, faz com que ele sinta o movimento desrespeitado, pois a responsabilidade do MST depositada na educação das crianças é atacada sob os holofotes das mídias nacionais e internacionais, mediante a fala de alguém que ocupava naquele momento a autoridade máxima de uma nação, um exemplo evidente de “banalização do poder da palavra” (Krenak, 2020).

As conversas com João e Lúcio reforçam que o MST propicia condições formativas para que as crianças possam agir politicamente, sem desconsiderar as especificidades de

sua infância, e que sua participação para além da presença é reconhecida como parte do mundo comum.

Em síntese, a análise dos dados indica que o mundo comum das crianças do MST é construído de forma intergeracional, mediado por cuidado, educação, memória e participação; que suas ações e discursos constituem uma agência política reconhecida; e que a identidade Sem Terrinha emerge como resultado desse engajamento contínuo, contribuindo para práticas de formação política que envolvem tanto crianças quanto adultos.

À guisa de conclusão

As experiências observadas no Assentamento Histórias Vidas permitem compreender que a participação política com as crianças não se restringe à presença em assembleias ou atividades formais, mas se manifesta em práticas cotidianas, como uma aposta ético-política: nas conversas com os mais velhos, nos cuidados com a terra, nas brincadeiras que retomam a história da ocupação ou nos rituais de memória coletiva. Entende-se por participação política as ações nas quais as crianças intervêm, contribuem ou compartilham decisões coletivas com os adultos, expressam opiniões e afirmam seu lugar na construção do mundo comum.

Embora exista uma experiência política no MST com as crianças, expressa tanto no passado quanto no presente por meio da formação das novas gerações e da sua iniciação no mundo comum, responder se elas irão inaugurar novos caminhos é um oceano de incertezas – uma promessa aberta. A educação no movimento, historicamente pautada na valorização da tradição, na autoridade dos mais velhos e na transmissão, aos Sem Terrinha, dos ensinamentos e saberes herdados, tem como objetivo formar militantes. No entanto, é fundamental garantir que as crianças não sejam privadas da oportunidade de criar seus próprios mundos. Isso, porém, não deve significar a interrupção da transmissão do legado que conecta as diferentes gerações.

Estariam, então, os Sem Terrinha, sendo iniciados no mundo por meio de um “ordálio de fogo”, como destacou Ralph Ellison ao referir-se às crianças negras? Refletir sobre esse questionamento nos faz pensar novamente em uma promessa. No cerne da

promessa, segundo Arendt (2020), está a capacidade de tratar o futuro como se fosse o presente, o que representa um aumento significativo e quase milagroso da dimensão em que o poder pode se mostrar eficaz. Talvez, o poder – como conceito político e capacidade humana de agir em comum acordo (Arendt, 1999) – do MST resida justamente na vinda das novas gerações, pois elas representam um novo começo, inesperado e imprevisível.

As crianças no MST são formadas para construir uma nova realidade pertencente a elas por direito. Elas se tornarão militantes ou irão percorrer outros caminhos? Darão continuidade às lutas do MST ou seguirão pautas diferentes? Não nos cabe projetar o futuro das novas gerações, mas sim acolher as rotas inimagináveis que elas podem traçar, reconhecendo a importância da participação política junto com os adultos no presente, independentemente do que ocorrerá em seguida, assim como as gerações anteriores lutaram com base nas experiências daqueles que as precederam, sem certezas prévias.

Referências

ALMEIDA, Vanessa Sievers de. Educação. In: CORREIA, Adriano; ROCHA, Antonio Glauton Varela; MULLER, Maria Cristina; AGUIAR, Odilio Alves (org.). **Dicionário Hannah Arendt**. São Paulo: Edições 70, 2022. p. 167-173.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

ARENDT, Hannah. **Crises da república**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

ARENDT, Hannah. **Lições sobre a filosofia política de Kant**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BERNSTEIN, Richard. **Por que ler Hannah Arendt hoje?** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2021.

BLIXEN, Karen. **A festa de Babette e outras anedotas do destino**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

CORREIA, Luciana Oliveira; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes Castro; GOUVÊA, Maria Cristina Soares. Movimentos sociais e experiência geracional: a vivência da infância no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 143-166, dez. 2007.

CORSARO, William. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FERNANDES, Natália. **Infância, direitos e participação**: representações, práticas e poderes. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. Meu sonho é o sonho da liberdade. In: FREIRE, Ana Maria (org.). **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: Unesp, 2004. (Série Paulo Freire).

LIEBEL, Manfred; SAADI, Iven. La participación infantil ante el desafío de la diversidad cultural. **Desacatos**, Ciudad de México, n. 39, p. 123-140, maio/ago. 2012.

LISPECTOR, Clarice. **O lustre**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de. **Etnografia e educação**: conceitos e usos. Campina Grande: Eduepb, 2011.

MST - MOVIMENTO SEM TERRA. Crianças em movimento: as mobilizações infantis no MST. **Coleção Fazendo Escola**, [s. l.], n. 2, jun. 1999. Disponível em: <https://mst.org.br/download/mst-fazendo-escola-no-02-criancas-em-movimentos-as-mobilizacoes-infantis-no-mst/>. Acesso em: 1 dez. 2023.

MST - MOVIMENTO SEM TERRA. **O MST**. [s. l.]: MST, 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/>. Acesso em: 1 dez. 2023.

NEJAR, Carlos. **A idade da noite**: poesia I. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

PROUST, Marcel. **O tempo recuperado**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.

RAMIREZ, Paulo Niccoli. A memória e a infância em Marcel Proust e Walter Benjamin. **Revista Aurora**, São Paulo, v. 10, p. 119 - 134, jan./dez. 2011.

SARMENTO, Manuel Jacinto; FERNANDES, Natália; TOMÁS, Catarina. Políticas públicas e participação infantil. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, v. 13, n. 25, p. 183-206, jul./dez. 2007.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005.

SILVA, Priscilla Stuart da. Memória e educação dos sentidos em Walter Benjamin. **Constelaciones: Revista de Teoría Crítica**, Madrid, v. 2, n. 6, p. 122-143, dez. 2014.

SOARES, Natália Fernandes; SARMENTO, Manuel Jacinto; TOMÁS, Jacinto Catarina. Investigação da infância e crianças como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças. **Nuances**, São Paulo, v. 12, n. 13, p. 49-64, jan./dez. 2005.

SOUZA, Ademilson Pereira; PIZETT, Adelar João; GOMESA, Helder; CASALI, Derli. **A Reforma Agrária e o MST no Espírito Santo: 20 anos de lutas, sonhos e conquista de dignidade**. São Mateus: MST, 2005.

WARMING, Hanne. Criança. In: TOMÁS, Catarina; CARVALHO, Maria João Leote de; FERNANDES, Natália (org.). **Conceitos-chave em sociologia da infância: perspectivas globais**. Braga: UMinho Editora, 2021. p. 119 -127.

YOUNG-BRUEHL, Elizabeth. **Por amor ao mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

Recebido em: 11/09/2025
Revisões requeridas: 21/10/2025
Aprovado em: 31/10/2025

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Revista Linhas
Volume 27 - Número 63 - Ano 2026
revistalinhas.faed@udesc.br